

# Autopass S.A.

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2020 e 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e administradoras da**

**Autopass S.A.**

*São Paulo-SP*

## Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopass S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalva

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Autopass S.A. identificou que para determinados contratos de arrendamento não foram consideradas adequadamente, de acordo com o CPC 06(R2) – Arrendamentos, o exercício da opção de prorrogação e o fluxo dos pagamentos de arrendamento, conforme determinado nos contratos, na mensuração inicial do passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Contudo, a Companhia corrigiu esse erro nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 sem retificar os valores do exercício correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Consequentemente, os valores dos ativos imobilizados e dos passivos de arrendamento do exercício correspondente estão apresentados a maior em R\$ 20.159 mil e R\$ 23.118 mil, e o lucro líquido do exercício foi apresentado a menor no período correspondente em R\$ 2.959 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Principais assuntos de auditoria

Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva determinamos que não existem Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

## Ênfase

### Contrato Consórcio Metropolitan de Transportes ("CMT")

Conforme mencionado na Nota nº.1, as operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da Companhia dependem da manutenção deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

## Outros assuntos

### Valores correspondentes

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de março de 2020, sem modificação.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

  
Raphael Eduardo Pereira da Silva  
Contador CRC 1SP242110/O-5

# Autopass S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.919	74.080
Aplicações financeiras	6	17.349	-
Caixa restrito	27.2	36.000	-
Contas a receber	7	10.820	27.018
Impostos a recuperar		1.926	2.725
Outros créditos	8	23.948	3.356
Despesas antecipadas	9	<u>1.963</u>	<u>6.943</u>
		<b>162.925</b>	<b>114.122</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos diferidos	21	2.132	2.102
Depósitos judiciais		-	16
Despesas antecipadas	9	-	1.126
Propriedade para investimento	11	2.870	2.870
Imobilizado	12	8.420	36.287
Intangível	13	<u>77.845</u>	<u>35.076</u>
		<b>91.267</b>	<b>77.477</b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>254.192</u></b>	<b><u>191.599</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Autopass S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Bilhetagem eletrônica - venda de créditos	15	31.092	55.770
Fornecedores	16	23.646	10.312
Empréstimos e financiamentos	26	22.638	-
Obrigações tributárias e trabalhistas	17	8.017	11.850
Passivos de arrendamentos	14	2.755	1.653
Outras contas a pagar		1.421	8.822
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	19.c	10.775	10.479
		<b>100.344</b>	<b>98.886</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos LP	26	90.107	-
Passivos de arrendamentos	14	2.381	30.938
Provisões para contingências	18	2.280	5.656
		<b>94.768</b>	<b>36.594</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>195.112</b>	<b>135.480</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19.a	24.943	24.943
Reserva legal	19.b	4.519	4.371
Reserva de lucros	19.d	51.770	48.957
Reserva de lucros não realizados	19.e	2.213	2.213
Outras reservas	19.f	(24.365)	(24.365)
		<b>59.080</b>	<b>56.119</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>254.192</b>	<b>191.599</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Autopass S.A.

## Demonstração dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
<b>Receita líquida de vendas</b>	22	100.803	147.724
Custo dos serviços prestados	23	(50.500)	(52.408)
<b>Lucro bruto</b>		<b>50.303</b>	<b>95.316</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	23	(46.984)	(31.687)
Vendas e marketing	23	(3.317)	(5.850)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>44</u>	<u>47</u>
		(50.257)	(37.490)
<b>Lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>46</b>	<b>57.826</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras		(1.237)	(3.430)
Receitas financeiras		<u>4.116</u>	<u>2.372</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	24	<b>2.878</b>	<b>(1.058)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes de impostos de renda e da contribuição social</b>		<b>2.924</b>	<b>56.768</b>
Corrente	21	-	(12.421)
Diferido	21	<u>31</u>	<u>(26)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		31	(12.447)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>2.955</u></b>	<b><u>44.321</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Autopass S.A.

## Demonstração dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais)*

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro líquido do exercício	2.955	44.321
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>2.955</u>	<u>44.321</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Autopass S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados	Outras Reservas	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>24.943</b>	<b>2.155</b>	<b>17.379</b>	<b>2.213</b>	<b>(24.365)</b>	<b>-</b>	<b>22.325</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	44.321	44.321
Constituição de reserva legal	19.b	-	2.216	-	-	-	(2.216)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.c	-	-	-	-	-	(10.527)	(10.527)
Reserva de lucros	19.d	-	-	31.578	-	-	(31.578)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>24.943</b>	<b>4.371</b>	<b>48.957</b>	<b>2.213</b>	<b>(24.365)</b>	<b>-</b>	<b>56.119</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.955	2.955
Constituição de reserva legal	19.b	-	148	-	-	-	(148)	-
Reserva de lucros	19.d	-	-	2.808	-	-	(2.808)	-
Outros ajustes	19.d	-	-	6	-	-	-	6
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>24.943</b>	<b>4.519</b>	<b>51.770</b>	<b>2.213</b>	<b>(24.365)</b>	<b>-</b>	<b>59.080</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Autopass S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.925	56.768
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	9.161	2.796
Ganho (perda) sobre baixas de ativo imobilizado	1.969	-
Provisão para demandas judiciais	(3.376)	-
Correção de erro na mensuração de contratos de arrendamento	(2.959)	-
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	380	3.274
Atualizações, descontos financeiros e remensurações de contratos de arrendamento	(767)	-
Outras transações	278	22
	<b>7.611</b>	<b>62.860</b>
<b>Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	16.196	(178)
Impostos a recuperar	798	(1.859)
Outros créditos e despesas antecipadas	(8.407)	(10.219)
Depósitos judiciais	16	(3.533)
Fornecedores	13.334	2.400
Obrigações tributárias e trabalhistas	(3.833)	2.134
Bilhetagem eletrônica	(24.675)	10.060
Outras contas a pagar	(7.401)	4.119
	<b>(6.360)</b>	<b>65.784</b>
<b>Caixa gerado das operações</b>	<b>(6.360)</b>	<b>65.784</b>
<b>Outros fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(11.361)
	<b>(6.360)</b>	<b>54.423</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(6.360)</b>	<b>54.423</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Empréstimos a receber de partes relacionadas	(6.079)	-
Investimentos em títulos públicos e caixa restrito	(53.349)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(46.036)	(32.462)
	<b>(105.464)</b>	<b>(32.462)</b>
<b>Caixa usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(105.464)</b>	<b>(32.462)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	-	(164)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(4.082)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	112.746	-
Dividendos pagos	-	(5.706)
	<b>108.664</b>	<b>(5.870)</b>
<b>Caixa usado nas atividades de financiamentos</b>	<b>108.664</b>	<b>(5.870)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.161)</b>	<b>16.091</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	74.080	57.989
No fim do exercício	70.919	74.080
	<b>(3.161)</b>	<b>16.091</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>(3.161)</b>	<b>16.091</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Autopass S.A. (“Autopass” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.327 - 10º Andar, São Paulo, SP, tendo como objeto principal a gestão de sistemas de bilhetagem, com a automação e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-refeição, vale-alimentação, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

O sistema de bilhetagem da Companhia atende às empresas do Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRO), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itapeverica da Serra (entre outras redes de transportes municipais), sendo que a rede de vendas da Companhia está entre as 10 maiores prestadoras de serviços de vendas de créditos de bilhete único para a São Paulo Transporte (SPTrans).

As operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado.

Em 24 de abril de 2020, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica da ABASP, em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, se tornando o principal contrato da Companhia.

#### **1.1 Impactos Covid 19**

A Companhia está domiciliada no Brasil e dedica-se preponderantemente à gestão de bilhetagem eletrônica de transporte público. Seus negócios foram impactados pela pandemia de COVID-19 e pelas medidas adotadas pelo governo para mitigar a disseminação da doença, com efeito negativo no desempenho financeiro da Companhia durante o ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu uma redução no lucro contábil, passando de R\$ 44.321 de dezembro de 2019 para R\$ 4.243 em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia excedeu o passivo circulante em R\$ 62.581. A Companhia possui R\$ 70.919 em recursos compreendendo caixa e equivalentes de caixa, outros ativos de alta liquidez e linhas de crédito não utilizadas disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras.

A administração continua a ter uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para continuar operando e que o pressuposto de continuidade dos negócios permanece apropriado, concluindo não haver incertezas relevantes que possam levantar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuidade operacional, tanto pela absorção dos impactos até aqui observados, como pela recomposição dos desequilíbrios passados e futuros nos contratos que suportam as suas atividades.

Além disso, para responder a um cenário negativo severo, a administração tem a capacidade de tomar as seguintes ações de mitigação para reduzir custos, otimizar o fluxo de caixa e preservar a liquidez:

- reduzir despesas de capital não essenciais e adiar ou cancelar despesas discricionárias;
- suspender o recrutamento não essencial; e
- reduzir gastos com marketing.

## **2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis**

### **Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado de forma diversa nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 11 de maio de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

### **Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico em 31 de dezembro de 2020 e 2019., exceto pelas aplicações financeiras avaliadas a valor justo.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

## **3 Principais práticas contábeis**

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

### **3.1 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em contrapartida serviço prestado para seus clientes.

As receitas de taxa de credenciamento, decorrentes da operação de venda de créditos de passagens eletrônicas, são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários.

As receitas decorrentes de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica), bem como outros serviços prestados a clientes, são apropriadas no resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte.

As receitas de taxas de emissão de segunda via de cartão e as taxas de entrega a domicílio são reconhecidas no resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.

## **3.2 Instrumentos financeiros**

### ***a. Instrumentos financeiros***

#### ***a.1 Ativos financeiros***

##### **(i) Reconhecimento inicial e mensuração**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### ***Ativos financeiros***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Em dezembro de 2020, a Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de custo amortizado.

***Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

**Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos patrimoniais a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.



***Redução do valor recuperável de ativos financeiros***

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

***Mensuração das perdas de crédito esperada***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

## *a.2 Passivos financeiros*

### **Reconhecimento inicial e mensuração**

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

### **Mensuração subsequente – outros passivos financeiros**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

São os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de cash flow hedge. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

- Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **Desreconhecimento de passivos financeiros**

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

## *a.3 Instrumentos financeiros – apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata (em até 90 dias) em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são

avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

### **3.4 Ativo imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revistos quando a Companhia identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

<b>Ativo imobilizado</b>	<b>Vidas úteis estimadas</b>
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 5

### **3.5 Ativo intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida.

***Pesquisa e desenvolvimento***

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo.

Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### ***Taxas de amortização***

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

<b>Ativo imobilizado</b>	<b>Vidas úteis estimadas</b>
Licenças de Software	5

### **3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período.

Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo.

A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais.

Para avaliar o valor em uso, a Companhia considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. Para ativos que não *goodwill*, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o

valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **3.7 Propriedade para investimento**

A propriedade para investimento é representada por imóvel em construção mantido para futuras negociações. A propriedade para investimento é reconhecida pelo valor de custo.

### **3.8 Bilhetagem eletrônica – vendas de créditos**

Através de rede de vendas, própria e terceirizada, a Companhia efetua a captação de valores para utilização no transporte público.

As transações de saldos de bilhetagem eletrônica são apresentadas de forma líquida nas demonstrações contábeis e referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais das empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilhetagem e remição.

Os valores a receber de rede de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de administração. A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de crédito e, substancialmente, exige garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida as despesas com vendas na demonstração de resultado.

Transações pendentes de repasse referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pela rede de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a 7 (sete) dias úteis.

### **3.9 Provisões para demandas judiciais**

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

### **3.10 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 - meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

### **3.11 Receitas e despesas financeiras**

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### **3.12 Benefícios a empregados**

Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e, remuneração variável, tais como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

### **3.13 Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### **(i) Como arrendatária**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.



O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

### **3.14 Impostos de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para o exercício de 2020, não foram apurados tais tributos a pagar.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação das leis fiscais. Essa avaliação é fundamentada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e que levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

### **3.15 Tributos sobre prestações de serviços**

Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação.

As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISS-QN por alíquotas que variam entre 2% e 5%.

### **3.16 Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2020 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores)**

#### ***a. Mudanças nas principais políticas contábeis***

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, sendo elas:

- (i) Alterações do CPC 15 sobre definição de um negócio;
- (ii) Alterações do CPC 48, CPC 38 e CPC 40 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Companhia avaliou o impacto destas alterações e concluiu que as mesmas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras.

#### ***b. Novas normas ainda não efetivas***

Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

A Companhia ainda está avaliando os impactos decorrentes das seguintes normas novas nas demonstrações financeiras:

- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06).
- Concessão de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações só CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de seguros

## **4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas, prospectivamente, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### **(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 12 e 14 - Imobilizado (Arrendamentos) – Definição do período de arrendamento.

### **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12 - Imobilizado** – Determinação da vida útil para depreciação do ativo imobilizado.
- **Nota Explicativa nº 13 - Intangível** – Determinação da vida útil para amortização dos softwares e projetos.
- Nota explicativa nº 18 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa nº 21 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

### ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para

suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e bancos		4.282	94
Aplicações financeiras	(a)	66.637	73.986
		70.919	74.080

- (a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimentos e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) através de bancos de primeira linha e que possuem liquidez diária.

## 6 Aplicações financeiras

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Aplicações financeiras títulos públicos	(a)	17.349	-
		17.349	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações em títulos públicos foram aplicadas 100% em LFT e são remuneradas pela taxa Selic.

## 7 Contas a receber

	Notas	2020	2019
Serviços de bilhetagem eletrônica	(a)	3.436	10.596
Rede de vendas		4.206	5.421
Contas a receber com partes relacionadas	(b)	3.007	9.820
Outras contas a receber		<u>171</u>	<u>1.181</u>
		<u>10.820</u>	<u>27.018</u>

- (a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se a contas a receber de clientes relacionados à gestão das operações de bilhetagem e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos.
- (b) Transações referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais, conforme contratos firmados entre as partes da gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remissão.

Considerando os saldos registrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração avaliou a perda estimada com créditos sobre contas a receber e concluiu que não há necessidade de constituição desta provisão, pois não há títulos com vencimento acima de 30 dias e não há histórico de perdas. Os recebimentos de clientes são feitos substancialmente através de efetivo de caixa ou recebimentos através de cartões de créditos.

## 8 Outros créditos

	Notas	2020	2019
Adiantamentos à fornecedores		10.226	9
Outros créditos	(a)	<u>13.722</u>	<u>3.347</u>
		<u>23.948</u>	<u>3.356</u>

- (a) Outros créditos referem-se a contas a receber de conta corrente com a controladora Mondopass S.A. e adiantamento de férias de empregados.

## 9 Despesas antecipadas

	Notas	2020	2019
Serviços de infraestrutura em informática e licença de uso	(a)	-	5.500
Licenças de uso		1.220	2.163
Outras despesas antecipadas		<u>743</u>	<u>406</u>
		<u>1.963</u>	<u>8.069</u>

- (a) Valores referentes a pagamentos de consultoria para desenvolvimento e acompanhamento de novos negócios da Autopass, contabilizados inicialmente como antecipações pois seriam amortizados pela duração de cada projeto e, posteriormente baixados a resultado em 2020 pela não concretização das parcerias previstas e descontinuidade dos contratos.

## 10 Partes relacionadas

As transações de saldos de partes relacionadas referem-se a saldos a receber com a controladora Mondopass

Os saldos de partes relacionadas estão assim apresentados:

	Notas	2020	2019
Conta Corrente Mondopass	8	9.073	2.994

### Remuneração aos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, benefícios não monetários foi de R\$ 10.468 e R\$ 6.262, respectivamente.

## 11 Propriedades para investimento

Em dezembro de 2018, como pagamento pela venda de terreno de sua propriedade, a Companhia recebeu, em permuta, um imóvel no valor de R\$ 2.870. O imóvel foi registrado pelo valor justo calculado na data da aquisição e em 31 de dezembro de 2020 o imóvel ainda está em fase de construção.

## 12 Imobilizado

<i>Descrição</i>	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2020	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019
Móveis e utensílios	706	(331)	374	1.093	(331)	761
Instalações	836	(456)	380	837	(369)	468
Máquinas e equipamentos	444	(251)	193	553	(230)	327
Equipamentos de informática	6.864	(4.049)	2.815	6.979	(3.072)	3.907
Benfeitorias em bens de terceiros	432	(246)	186	460	(155)	303
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	5.930	(3.133)	2.797	9.851	(985)	8.866
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	<u>7.824</u>	<u>(6.149)</u>	<u>1.675</u>	<u>24.062</u>	<u>(2.406)</u>	<u>21.656</u>
	<u>23.035</u>	<u>(13.972)</u>	<u>8.420</u>	<u>43.835</u>	<u>(7.548)</u>	<u>36.287</u>

<i>Descrição</i>							<b>Reconhecimen to inicial de contratos de arrendamento CPC 06 (R2)</b>		<b>Saldo em 31/12/2019</b>
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>		
Móveis e utensílios	1.093	-	(386)	706	1.046	48	(1)	-	1.093
Instalações	837	-	(1)	836	784	61	(8)	-	837
Máquinas e equipamentos	553	5	(114)	444	471	82	-	-	553
Equipamentos de informática	6.979	298	(413)	6.864	6.609	511	(141)	-	6.979
Benfeitorias em bens de terceiros	460	-	(28)	432	329	131	-	-	460
Direito de uso de arrendamentos (imóveis) (a)	9.851	-	(3.921)	5.930	-	-	-	9.851	9.851
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos) (a)	24.062	-	(16.238)	7.824	-	-	-	24.062	24.062
	<u>43.835</u>	<u>303</u>	<u>(21.101)</u>	<u>23.035</u>	<u>9.239</u>	<u>833</u>	<u>(150)</u>	<u>33.913</u>	<u>43.835</u>

  

<i>Depreciação do ativo imobilizado</i>									<b>Saldo em 31/12/2019</b>
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>		
Móveis e utensílios	(331)	-	2	(331)	(244)	(88)	1	(331)	
Instalações	(369)	(242)	153	(457)	(282)	(87)	-	(369)	
Máquinas e equipamentos	(230)	(24)	-	(251)	(181)	(49)	-	(230)	
Equipamentos de informática	(3.072)	(2.833)	-	(5.907)	(2.328)	(885)	141	(3.072)	
Benfeitorias em bens de terceiros	(155)	(91)	-	(246)	(72)	(83)	-	(155)	
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	(985)	(1.627)	-	(2.612)	-	(985)	-	(985)	
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	(2.406)	(2.406)	-	(4.812)	-	(2.406)	-	(2.406)	
	<u>(7.548)</u>	<u>(7.223)</u>	<u>155</u>	<u>(14.615)</u>	<u>(3.107)</u>	<u>(4.583)</u>	<u>142</u>	<u>(7.548)</u>	

- (a) Durante o ano de 2020 a Companhia revisitou os contratos de arrendamento e observou que algumas determinações de período do contrato e valor de contra-prestação não foram considerados apropriadamente em aderência aos requerimentos do CPC 06 (R2) Contratos de arrendamento. Em função disto, a Companhia reprocessou a apuração do Direito de uso e baixou valores reconhecidos a maior em 2019. Ao todo foram baixados R\$ 20.157 de Direito de uso e R\$ 23.118 de Passivo de arrendamento (nota 14).

## 13 Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Licença de uso de software	15.044	1.404	-	-	16.448
Softwares em desenvolvimento (a)	<u>29.110</u>	<u>44.329</u>	<u>(1.027)</u>	<u>-</u>	<u>72.412</u>
	<u>44.154</u>	<u>45.734</u>	<u>(1.027)</u>	<u>-</u>	<u>88.861</u>
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Amortização de licença de uso de software	(9.078)	(1.705)	-	-	(10.783)
Amortizações Softwares Des. Internamente	<u>-</u>	<u>(233)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(233)</u>
	<u>(9.078)</u>	<u>(1.938)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.016)</u>

- (a) Os principais softwares em desenvolvimento referem-se ao projeto do QRCode, destinado ao desenvolvimento da leitura do QRCode nas bilheterias e o 822 destinado ao desenvolvimento de software de integração do sistema de bilhetagem.

## 14 Arrendamentos a pagar

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
<b>Adoção inicial em 01.01.2019</b>	9.851	24.062	33.913
Juros apropriados no exercício (Resultado)	952	2.322	3.274
Baixa por pagamento	<u>(1.323)</u>	<u>(3.273)</u>	<u>(4.596)</u>
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<u><b>9.480</b></u>	<u><b>23.111</b></u>	<u><b>32.591</b></u>
Atualizações Contratuais	687	-	687
Remensuração contrato por alterações de cláusulas	-	(557)	(557)
Correção de erro na mensuração de contratos de arrendamento	(5.438)	(17.680)	(23.118)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	190	190	380
Baixa por pagamento	(1.171)	(2.911)	(4.082)
Descontos financeiros Covid-19	<u>(351)</u>	<u>(416)</u>	<u>(767)</u>
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<u><b>3.397</b></u>	<u><b>1.739</b></u>	<u><b>5.136</b></u>

A análise de maturidade dos contratos, prestações não descontadas e conciliadas com os saldos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 é conforme segue:

Maturidade dos contratos Vencimento das prestações	Valor nominal	Juros embutidos	Total
2021	2.894	(139)	2.755
2022	<u>3.026</u>	<u>(645)</u>	<u>2.381</u>
Saldo do passivo de arrendamento	<u><b>5.920</b></u>	<u><b>(784)</b></u>	<u><b>5.136</b></u>



## 15 Bilhetagem eletrônica

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo de bilhetagem eletrônica com rede de vendas	3.338	3.521
Saldo de bilhetagem eletrônica com Sp Trans	1.039	(198)
Saldo de bilhetagem eletrônica com CMT	<u>26.715</u>	<u>52.447</u>
	<u>31.092</u>	<u>55.770</u>

## 16 Fornecedores

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Infraestrutura e tecnologia da informação	655	5.068
Serviços (a)	22.667	4.210
Insumos na prestação de serviços	24	206
Publicações e marketing	142	533
Aluguéis a pagar	20	203
Serviços de transportes	<u>137</u>	<u>92</u>
	<u>23.646</u>	<u>10.312</u>

(a) O aumento do saldo se deve a demanda de desenvolvimento de novos validadores.

## 17 Obrigações tributárias e trabalhistas

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Imposto de renda e contribuição social	102	704
Imposto sobre serviços - ISS	248	429
PIS e COFINS	265	1.237
Outros tributos a recolher	<u>367</u>	<u>294</u>
<b>Obrigações tributárias</b>	<u>982</u>	<u>2.664</u>
Provisão para férias	2.618	1.471
INSS	1.666	1.668
FGTS	794	267
Participação nos lucros ou resultados	<u>1.957</u>	<u>5.780</u>
<b>Obrigações trabalhistas</b>	<u>7.035</u>	<u>9.186</u>
	<u>8.017</u>	<u>11.850</u>

## 18 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 2020, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 2.280 (R\$ 5.656 em 2019). A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	2019	Adições	Reversões	2020
Fiscal	1.049	-	(163)	886
Trabalhista	4.607	-	(4.386)	221
Cível	-	1.172	-	1.172
	<u>5.656</u>	<u>1.172</u>	<u>(4.548)</u>	<u>2.280</u>

A Companhia possui contingências de natureza cível, relacionada com reclamações de multas contratuais, referentes a rescisão de contratos que englobavam desenvolvimento de novos negócios cuja a expectativa de perda é avaliada como probabilidade de perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos contratados no montante R\$ 1.000 (R\$ 0 em 2019).

## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social é composto de 24.943.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, integralmente detidas pela Mondopass S.A.

### b. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem registrado na rubrica de “reserva legal” o valor de R\$ 4.519 (R\$ 4.371 em 2019).

### c. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral destinar o resultado apurado, líquido das constituições, sem a obrigatoriedade de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, de reservas exigidas por lei. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores declarados como dividendos a pagar foram de R\$ 0 e R\$ 10.527 (sendo R\$1.384 referente juros sobre capital próprio) – R\$1.176 líquido de IRRF), respectivamente, sendo o residual de lucro do exercício destinado a reserva de lucros.

### d. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem registrado na rubrica de “reservas de lucros” R\$ 51.770 (R\$ 48.957 em 2019).

### e. Reserva de lucros não realizados

A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado. Os valores declarados em 2020 e 2019 é R\$ 2.213.

**f. Registro da transação de créditos entre acionistas**

Em 20 de dezembro de 2016, a Interpass Participações S.A. (controladora anterior da Companhia) celebrou acordo junto à Mondopass S.A. para a venda integral das participações societárias mantidas na Companhia, na Promojet Gestão S.A. e Bom Mob Telecom S.A. Como a Interpass Participações S.A. possuía saldo a pagar para a Companhia, alienou a participação societária para a Mondopass S.A. mediante a assunção da dívida por esta última. Dessa forma, o saldo a receber da Companhia junto à Mondopass S.A. foi reclassificado para a rubrica “Outras Reservas” no Patrimônio líquido (em virtude da intenção de incorporação ao capital social da Companhia), no montante de R\$ 24.365.

**20 Instrumentos financeiros**

**Valor Justo**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

	31/12/2020		31/12/2019		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	70.919	70.919	74.080	74.080	Nível II	Custo amortizado (i)
Aplicações financeiras	17.349	17.349	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado (i)
Caixa restrito	36.000	36.000	-	-	Nível II	Custo amortizado (i)
Contas a receber	10.820	10.820	27.018	27.018	Nível II	Custo amortizado (i)
Conta corrente com partes relacionadas	9.073	9.073	2.994	2.994	Nível II	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	23.646	23.646	10.312	10.312	Nível II	Custo amortizado (i)
Bilhetagem eletrônica	31.092	31.092	55.770	55.770	Nível II	
Outras contas a pagar	1.421	1.421	8.822	8.822	Nível II	
Passivo de Arrendamento	5.136	5.136	32.591	32.591	Nível II	Custo amortizado (i)
Empréstimos e financiamentos	112.745	112.745	-	-	Nível II	Custo amortizado (i)

- (i) Para esses instrumentos financeiros, a Companhia acredita que o custo amortizado se aproxima do valor justo e, portanto, nenhuma outra consideração foi tomada pela Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial são referentes aos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, assim como fornecedores, Bilhetagem eletrônica, outras contas a pagar e empréstimos, financiamentos e debêntures não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020.

### **Hierarquia de valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis);

### **Apuração do valor justo**

- **Nível 2** - Assim saldos de aplicações financeiras, caixa restritos, contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo. Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

#### **a. Fatores de risco que podem afetar os negócios**

A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez (i)
- Risco de mercado (ii)
- Risco de crédito (iii)

#### **(i) Risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, buscando melhorar o grau de alavancagem financeira. A Companhia monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da empresa em 31 de dezembro de 2020.

<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 2</b>	<b>3 a 5</b>	<b>&gt;5</b>	<b>Total</b>
Bilhetagem eletrônica	31.092	-	-	-	31.092
Fornecedores	23.646	-	-	-	23.646
Empréstimos e financiamentos	22.638	45.054	45.054	-	112.745
Passivo de arrendamento	2.755	2.381	-	-	5.136

#### **(ii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### *Risco de taxa de juros*

A Companhia obtém empréstimo e financiamento junto às instituições financeiras e está exposta a taxas de juros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa são indexados pela CDI neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros.

**(iii) Risco de crédito**

O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, o Grupo possui uma base reduzida de clientes, esses clientes também atuam como fornecedores e em função disso, reduz a sua exposição a riscos de crédito, bem como o Grupo realiza de forma contínua de análises de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	70.919	74.080
Aplicações Financeiras	17.349	-
Caixa restrito	36.000	-
Contas a receber, líquidas	10.280	27.018
Conta corrente Mondopass	9.073	2.994

*Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros*

- Análise de sensibilidade das aplicações financeiras – Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, as quais a Companhia estava exposta, na data-base 08 de janeiro de 2021, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.
- Análise de sensibilidade dos empréstimos financeiros - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos financeiros, as quais a Companhia estava exposta, na data-base 08 de janeiro de 2021, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada os juros para o período de um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

		Projeção receitas financeiras - um ano					
		Risco de redução			Risco de aumento		
Indexador	Posição em 31/12/2020	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		3,25%	1,63%	2,44%	4,06%	4,88%	
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	66.637	2.166	1.083	1.624	2.707	3.249

<b>Projeção Receita Financeira - um ano</b>							
Indexador	Posição em 31/12/2020	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		3,25%	1,63%	2,44%	4,06%	4,88%	
Aplicações financeiras	Selic	17.349	564	282	423	705	846
<b>Projeção Empréstimo Financeiro - um ano</b>							
Indexador	Posição em 31/12/2020	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		3,25%	1,63%	2,44%	4,06%	4,88%	
Empréstimo Financeiro (Debêntures)	CDI	112.745	7.913	6.090	6.929	8.589	9.420

- **Gestão de risco de capital** – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

## 21 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

### a. Apuração pelo lucro real

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.924	56.768
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(994)	(19.301)
Adições/(Exclusões) permanentes líquidas (a)	(9.575)	275
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	8.895	18.265
Outros	1.674	(11.660)
	<u>(0)</u>	<u>(12.421)</u>

- (a) O aumento das adições permanentes referem-se principalmente a adição de baixas por acordo de disputas com a CMT.

**b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para participação nos resultados	406	2.744
Provisões diversas	5.844	(2.770)
IFRS 16	21	-
	<u>6.271</u>	<u>(26)</u>
Imposto Diferido - 34%	<u>2.132</u>	<u>(9)</u>

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

**22 Receitas**

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Taxa credenciamento	(a)	48.394	68.276
Gestão de vendas	(b)	44.105	68.691
Taxa de administração municipal	(c)	5.366	7.982
Rede de vendas	(d)	8.055	12.837
Taxa de emissão 2ª via	(e)	3.203	5.523
Vendas Web aos usuários	(f)	171	276
Entrega em domicílio	(g)	397	859
Outras receitas		<u>4.255</u>	<u>2.297</u>
		<u>113.946</u>	<u>166.741</u>
(-) Deduções da receita - tributos		<u>(13.143)</u>	<u>(19.017)</u>
<b>Receita líquida</b>		<u>100.803</u>	<u>147.724</u>

- (a) Prestação de serviços cobrados das empresas que comercializam o crédito vale-transporte e vendas diretas a empregadores;
- (b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais;
- (c) Taxa de administração cobrada das empresas de transportes às empresas municipais;
- (d) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS;
- (e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos;
- (f) Taxa de conveniência pela venda de créditos de bilhetagem via internet;
- (g) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.

## 23 Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Despesas de serviços especializados (a)	(50.594)	(50.305)
Despesas administrativas (b)	(30.940)	(13.749)
Despesas com pessoal	(12.033)	(18.014)
Despesas com publicidade e propaganda	(3.317)	(5.850)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mecatil	(758)	1.205
Depreciação e amortização	(3.112)	(2.796)
Custos com expansão e operação	(47)	(436)
	<u>(100.801)</u>	<u>(89.945)</u>
Custo dos serviços prestados	(50.500)	(52.408)
Gerais e administrativas	(46.984)	(31.687)
Vendas e marketing	(3.317)	(5.850)
	<u>(100.801)</u>	<u>(89.945)</u>

- (a) Refere-se a preponderantemente manutenção de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação.
- (b) Refere-se a despesas com itens administrativos, despesas condominiais, serviços de consultoria administrativa e financeiras.

## 24 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas de aplicações financeiras	785	2.340
Outras receitas financeiras	3.331	32
	<u>4.116</u>	<u>2.372</u>
Encargos bancários	(121)	(119)
Despesa com juros de arrendamento	(380)	(3.274)
Outras despesas financeiras	(736)	(37)
	<u>(1,237)</u>	<u>(3.430)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>2.878</b></u>	<u><b>(1.058)</b></u>

## 25 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia, por meio dos bancos Itaú, Bradesco e Santander, emitiu o montante de R\$ 120.000 em Debêntures em dezembro de 2020 a ser pago ao longo de 5 anos através de amortização mensal com início em março de 2021.

<b>Saldo de empréstimos e financiamentos em 2018</b>	<b>142</b>
(+) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	22
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos	(164)
<b>Saldo de empréstimos e financiamentos em 2019</b>	<b>-</b>



(+)	Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	53
(-)	Pagamento de empréstimos e financiamentos	(53)
	Captação de empréstimos	120.000
	Custos de empréstimos	<u>(7.254)</u>
	<b>Saldo de empréstimos e financiamentos em 2020</b>	<b><u>112.746</u></b>
	Empréstimos, financiamentos circulantes	22.638
	Empréstimos, financiamentos não circulantes	90.107

Emissora	Instituição financeira	Valor contratado	Data de contratação	Valor liberado	Período de pagamento	
					Início	Fim
Autopass	Itaú, Bradesco e Santander	120.000	dezembro de 2020	120.000	março de 2021	novembro de 2025

Garantias	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Forma de pagamento	Saldo da dívida	
				31/12/2020	31/12/2019
<i>Cash colateral</i> e garantia real + fidejussória	Projeto Paulista	CDI + 3,75%	mensal	112.746	-

## 25.1 Fluxo de Pagamentos

Ano	Amortização (a)
2021	27.449
2022	30.292
2023	28.797
2024	27.393
2025	23.815

(a) O fluxo de pagamentos contempla o valor da amortização do principal e os juros a incorrer até a liquidação. .

## 25.2 Garantias

As garantias do empréstimo são: garantia real, com garantia adicional fidejussória e *cash colateral* no montante de R\$ 36.000.

## 25.3 Covenants Financeiros

A Companhia está sujeita a razão entre a Dívida Financeira Líquida e EBITDA inferior a 2,0 (dois inteiros) o qual deverá ser anualmente calculado pela emissora ao término de cada exercício social, iniciando a primeira apuração referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021.

## **26 Eventos subsequentes**

Em janeiro de 2021, a Companhia decidiu por rescindir o contrato de locação referente ao imóvel, utilizado pela Administração. Tal rescisão resultou na baixa de passivo de arrendamento referente a esse contrato no montante de R\$ 3.397 e no imobilizado – direito de uso no montante de R\$ 3.439. Em relação ao contrato da nova locação, foi feito reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e o direito de uso no montante de R\$ 3.819.

\* \* \*

Rodrigo Monteiro  
Diretor Financeiro

Patricia Silva  
Coordenador Contábil  
CRC 1SP253220